



SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS NA MÍDIA

Brenda Sampaio dos Anjos¹
Gustavo Filice de Barros²

RESUMO: A criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em janeiro de 2023, representou um marco histórico na institucionalização das políticas públicas voltadas aos povos originários no Brasil. Este artigo analisa como a mídia brasileira representou e interpretou a atuação do novo ministério entre sua criação, em 1º de janeiro de 2023, e junho de 2024. Para realizar a pesquisa, foram coletadas no acervo dos jornais Folha de S. Paulo e Estadão as reportagens sobre a temática do Ministério dos Povos Indígenas. Esses arquivos foram lidos e categorizados de forma virtual por meio de uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada na teoria dos múltiplos fluxos de Kingdon (2003), especialmente nos fluxos de problemas e políticas. Os dados coletados revelam que a Folha de S. Paulo ofereceu cobertura mais ampla e crítica, evidenciando o embate entre coalizões políticas e antipolíticas no cenário indígena. Já o Estadão apresentou baixa incidência de conteúdos sobre o tema com a quantidade de reportagens sendo a metade, comparada a quantidade de reportagens da Folha de S. Paulo, sugerindo possível desinteresse editorial. A análise aponta que, apesar dos avanços proporcionados pelo governo Lula, como a criação do Ministério, desafios como a demarcação de terras e o enfraquecimento institucional permanecem em disputa. Conclui-se que a mídia desempenha papel central na formação da opinião pública e na definição da agenda governamental, podendo tanto contribuir para o avanço dos direitos indígenas quanto reforçar silenciamentos e omissões históricas.

Palavras-chave: Política, mídia, Ministério dos Povos Indígenas, Povos Indígenas.

ABSTRACT: The creation of the Ministry of Indigenous Peoples (MPI) in January 2023 represented a historic milestone in the institutionalization of public policies aimed at indigenous peoples in Brazil. This article analyzes how the Brazilian media represented and interpreted the new ministry's activities between its creation, from January 1, 2023, to June 2024. For the research, reports on the Ministry of Indigenous Peoples' issues were collected from the archives of the newspapers Folha de S. Paulo and Estadão. These archives were read and categorized virtually using a qualitative, exploratory, and descriptive approach, grounded in Kingdon's

1 Estudante do curso de Tecnologia em Gestão Pública no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Brasília - Campus Brasília. E-mail: brenda63209@estudante.ifb.edu.br

2 Graduado em administração pela Universidade de Brasília (2000), mestre em desenvolvimento Sustentável - UnB/CDS (2005) e doutor em Ciência Política UnB/IPOL (2023). Atualmente é professor no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Brasília - Campus Brasília. E-mail: gustavo.barros@ifb.edu.br

(2003) theory of multiple streams, particularly in terms of problem and policy streams. The data collected reveal that Folha de S. Paulo offered broader and more critical coverage, highlighting the clash between political and anti-political coalitions in the Indigenous context. Estadão, on the other hand, presented a low incidence of content on the topic, with half the number of reports compared to Folha de S. Paulo, suggesting a possible lack of editorial interest. The analysis indicates that, despite the advances made by the Lula administration, such as the creation of the Ministry, challenges such as land demarcation and institutional weakening remain in dispute. It is concluded that the media plays a central role in shaping public opinion and defining the government's agenda, potentially contributing to the advancement of Indigenous rights or reinforcing historical silences and omissions.

Keywords: Politics, media, Ministry of indigenous peoples, indigenous peoples.

1. INTRODUÇÃO

A criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) do Brasil em 2023 foi considerada um marco histórico na luta pelos direitos dos povos originários. Fruto de décadas de mobilização e resistência indígena, a criação do MPI repercutiu em diferentes veículos de comunicação brasileiros que noticiaram, analisaram e debateram o tema. Este projeto de pesquisa analisou a atuação da mídia em relação às políticas públicas voltadas ao MPI em um tempo específico, compreendido entre a sua criação, em janeiro de 2023, e junho de 2024.

Propõe-se compreender como a mídia representou e interpretou as ações do Ministério, identificar discursos predominantes, visões de mundo presentes nas coberturas jornalísticas no debate político sobre a questão indígena. A pesquisa sobre cobertura midiática de políticas públicas destinadas aos povos indígenas é fundamental por diversos motivos. O primeiro é que a mídia exerce um papel altamente responsável na formação da opinião pública e do debate político, tendo, portanto, capacidade de influir na maneira como a sociedade se posiciona diante de questões complexas como a defesa dos direitos indígenas. Também pode influenciar na agenda governamental (Kingdon, 2003) que desperta a atenção dos formuladores de políticas públicas (Capella e Brasil, 2022). Ao abordar como a mídia representa e interpreta as ações do MPI, podemos identificar quais discursos hegemônicos estão presentes no Brasil, quais valores e crenças orientam a cobertura jornalística, e que impacto essas representações podem ter na realização dos direitos indígenas. Ademais, este trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas de poder entre os diferentes atores sociais que participam do campo da luta pelos direitos indígenas, elencando Estado, povos indígenas, sociedade civil e a mídia. Ao analisarmos a atuação da mídia, podemos perceber como os interesses e as agendas de

diferentes atores sociais influenciam a cobertura jornalística e a construção do debate público sobre a questão indígena.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O campo da política pública é um espaço complexo, permeado por disputas de poder, diferentes atores e múltiplos interesses. Para compreender o papel da mídia nesse processo, este estudo se apoia na teoria dos múltiplos fluxos de Kingdon (2003), a qual sustenta que a entrada de determinados temas na agenda governamental ocorre quando há convergência entre três dimensões: o fluxo de problemas, o fluxo de soluções e o fluxo político. A presente pesquisa concentra-se especialmente nos fluxos de problemas e de políticas, uma vez que a visibilidade conferida pela mídia a determinadas questões pode transformar demandas sociais em prioridades governamentais, ao mesmo tempo em que as alternativas propostas por especialistas, gestores e movimentos sociais definem os caminhos possíveis para a ação estatal.

Segundo Kingdon, a visibilidade dada pela mídia a determinados problemas pode impulsionar sua entrada na agenda, funcionando como um ator que pressiona os formuladores de políticas. Nesse sentido, a mídia não apenas informa, mas também seleciona e enquadra as questões que chegam ao debate público.

Autores clássicos ajudam a compreender esse processo. Bobbio (1998) define política como a atividade que busca manter a ordem interna e as relações externas de uma comunidade por meio do poder, em contraposição à antipolítica, caracterizada pela omissão ou pelo ataque à própria política institucionalizada. Weber (1993), por sua vez, distingue entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade: a primeira guia-se por princípios, independentemente das consequências, enquanto a segunda avalia os efeitos das ações sobre a coletividade.

Essas categorias são úteis para compreender os embates em torno das políticas indigenistas. Nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, prevaleceu a antipolítica, marcada pelo enfraquecimento institucional da Funai e pela paralisação das demarcações de terras. Já no governo Lula, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, observa-se uma tentativa de reinstitucionalização da política indigenista.

Por fim, Peters (2019) contribui com a noção de institucionalização e desinstitucionalização de políticas, processo pelo qual instituições podem ser fortalecidas ou

enfraquecidas a depender das coalizões políticas em disputa. Assim, compreender o papel da mídia nesse contexto é essencial para avaliar como discursos, crenças e interesses moldam a agenda governamental e impactam os povos indígenas.

3. RESULTADOS

A cobertura midiática sobre a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) entre janeiro de 2023 e junho de 2024 foi marcada por diferenças significativas entre os dois jornais analisados, além de refletir claramente a disputa entre as coalizões de política e antipolítica. A *Folha de S. Paulo* demonstrou uma abordagem mais abrangente e crítica, com um total de 36 matérias relevantes após a filtragem, enquanto o *Estadão* apresentou uma cobertura mais reduzida e esparsa, com apenas 18 matérias, o que sugere um possível desinteresse editorial ou uma tendência antipolítica mais acentuada. Essa disparidade quantitativa e qualitativa entre os veículos evidencia o papel seletivo da mídia na priorização de pautas e na formação da opinião pública.

A aplicação da teoria dos múltiplos fluxos de Kingdon permitiu categorizar o conteúdo noticioso em dois eixos principais: o fluxo de política, que abrange ações governamentais favoráveis aos direitos indígenas, como a própria criação do MPI, a retomada das demarcações de terra e as operações de enfrentamento à crise Yanomami; e o fluxo de antipolítica, que engloba as pressões contrárias, como o lobby do agronegócio, o esvaziamento institucional do ministério, a aprovação do marco temporal e as críticas internas ao governo. Os temas mais recorrentes em ambos os jornais foram governança, demarcação de terras e direitos indígenas, indicando que essas são as arenas centrais de disputa narrativa e política. A crise humanitária Yanomami, em particular, emergiu como um evento catalisador que não apenas demandou respostas urgentes do Estado, mas também redefiniu a agenda política, tornando visível o desmonte promovido pelos governos anteriores e a necessidade de reconstrução de políticas públicas específicas.

Por fim, a pesquisa conclui que a mídia exerce uma influência decisiva e ambivalente na trajetória das políticas indigenistas. Ela pode atuar como um agente de pressão para o avanço de direitos, dando visibilidade a problemas graves e cobrando ações do poder público, mas também pode reproduzir narrativas de resistência, omitir nuances ou amplificar críticas que

enfraquecem a agenda indígena. A criação do MPI representou um marco simbólico e institucional histórico, porém sua consolidação e efetividade permanecem condicionadas a um jogo complexo de forças políticas, interesses econômicos e, crucialmente, ao modo como a grande imprensa escolhe enquadrar e priorizar essa pauta perante a sociedade e os formuladores de políticas.

REFERENCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2016.

BIGGI, J. V. X. RESENHA: Violências contra Povos Indígenas no Brasil. **Revista Territorial (ISSN 2317-0360)**, v. 12, n. 2, p. 410-414, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jul. 2024.

_____. Decreto nº **11.355, de 1º de janeiro de 2023**. Aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FERREIRA, C. N. A política de drogas na mídia: agentes e argumentos presentes no jornal ZERO HORA de 2003 a 2016. **Revista Contraponto**, v. 7, n. 2, 2020.

GERRING, John. Qualitative Methods. **Annual Review of Political Science**, 2017, p.15-36.

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Tradução: Caesar Souza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

JUSTINO, G. O. Vozes Indígenas na Saúde: trajetórias, Memórias e Protagonismos. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, SP, v. 6, n. 00, p. e023005, 2023. DOI: 10.20396/maloca.v6i00.18460. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/article/view/18460>. Acesso em: 23 jul. 2024.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Glenview, Longman, updated second edition, 2003.

PETERS, B. Guy. Institutionalization and deinstitutionalization: Their role in institutional theory. In: PETERS, B. Guy. **Institutional theory in political science: The new institutionalism**. Edward Elgar Publishing, 2019, p. 218-233.

PORANTIM - Em defesa da causa indígena. **Governo de transição, governabilidade e a efetivação dos direitos humanos**. Ano XLIV – Nº 451 – Brasília, 2022.

SANTOS, A. R. C. **Vozes indígenas na saúde: retomando territórios de fala na silenciosa noite colonial.** 2023.

NORBERTO BOBBIO - Dicionário de Política. **Política.** 11ª edição 1909

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.